

Querem explodir o País

O que ficou claro na votação da nova lei salarial na Câmara dos Deputados, terça-feira, foi que nem o governo nem a sociedade podem contar com a colaboração do Congresso Nacional para a solução da crise que assola este país. Em nenhum momento os políticos que impuseram esta derrota ao ministro Fernando Henrique Cardoso analisaram, com responsabilidade, todas as conseqüências de seu gesto: pensaram apenas e tão-somente nos votos que poderão angariar com a aprovação de uma legislação populista e demagógica, iludindo os trabalhadores.

Os votos que derrotaram o governo vieram dos grupos comandados principalmente pelos candidatos a candidato à Presidência da República, unindo, no mesmo saco de gatos ideológico e fisiológico, os petistas de Lula da Silva, o PPR de Maluf, o PDT de Brizola, os peemedebistas de Orestes Quércia e os peemedebistas do ex-presidente Sarney. No caso de Sarney, a demagogia beira as raias da desfaçatez explícita: no seu governo ele enfrentou o mesmo problema da aprovação de uma lei corrigindo mensalmente os salários, vetou essa lei, teve o veto derrubado e, por conta da irresponsabilidade do Congresso de então, viu a inflação saltar de 20% no segundo semestre de 89 para 84% em março de 90, recorde nacional que poderá ser superado logo adiante se o veto de Itamar tiver o mesmo destino do seu.

Com homens com esse "padrão de espírito público" dominando o Congresso a democracia brasileira corre o sério risco de "entrar em parafuso".

Ninguém de bom senso pode ser contra os trabalhadores receberem bons salários. O que importa, no entanto, não é o salário nominal, mas o salário real, ou seja, o que o dinheiro que o empregado recebe no fim do mês pode comprar. De que adianta ter um salário reajustado mensalmente de acordo com a inflação se, automaticamente também, se reajustam, em proporção igual ou maior, todos os preços?

Já está comprovado pelas 26 políticas salariais que tivemos nos últimos 29 anos que não é por aí que se

vai melhorar o poder aquisitivo dos trabalhadores. Estudos de economistas mostram, por exemplo, que, se a inflação permanecer no patamar dos 30%, o trabalhador terá algum ganho com o reajuste mensal de 100%. Mas se ela chegar aos 50% essa vantagem será anulada, e se passar disso a situação para o trabalhador fica pior do que com a política atual. E o exemplo dos últimos meses do governo Sarney mostra qual é a tendência inexorável da inflação com os reajustes mensais pela inflação plena.

A melhor forma de melhorar o poder aquisitivo do trabalhador ainda é com a redução da inflação. E esta política salarial aprovada pelo Congresso não aponta nesta direção, mas sim para uma aceleração do processo inflacionário. Isso porque ela atinge o principal motor de aceleração dos preços no Brasil: as contas públicas. Se o Congresso vier a derrubar o veto prometido por Itamar, o setor público brasileiro terá um acréscimo, segundo cálculos do deputado José Serra, de US\$ 15 bilhões em suas despesas este ano e no próximo. E onde o governo irá arranjar esses recursos, se o ministro Fernando Henrique Cardoso já encontrou extrema dificuldade para fazer cortes de US\$ 6 bi no Orçamento de 93? Está na cara que ele terá que aumentar os impostos ou emitir moeda ou ambos, todas soluções altamente inflacionárias.

O resumo da ópera é o seguinte: o que os trabalhadores irão receber de um lado, com os seus salários reajustados mensalmente em 100%, não dará para cobrir o que eles irão perder com a aceleração da inflação e o conseqüente aumento da recessão e do desemprego. Está, portanto, com a razão o ministro da Fazenda quando, indignado com o que os políticos fizeram, diz que "querem explodir o País". Na situação social em que nos encontramos, uma superinflação nos moldes da do sr. Sarney pode ser o estopim para esta explosão.

A continuar esse torneio de demagogia, dificilmente sairemos da crise mantendo as instituições democráticas ilesas.